

MARINHA DO BRASIL
ESCOLA DE GUERRA NAVAL

UMA “*JEUNE ÉCOLE* BRASILEIRA”

Por

LEONARDO FARIA DE MATTOS

Capitão-de-Corveta

2004

INTRODUÇÃO

É sempre difícil tomar as decisões corretas, mormente nas situações de transição, como é o caso atual, em que não há fatos bem estabelecidos mas simples tendências. Isso, porém, não pode nos impedir de correr os riscos inerentes à chefia [...] (14:116).

A formulação de concepções estratégicas navais requer o estudo metuculoso da história da guerra no mar, o conhecimento da obra dos principais pensadores militares do passado, a capacidade de atualizar suas idéias e concepções e, principalmente, **inspiração**. Há que se lembrar que o termo "estratégia" somente passou a ser usado no final do século XVIII e início do século XIX, pois até então, utilizava-se "**Arte da Guerra**" (11:56).

Estudando as concepções estratégicas navais, em particular as do final do século XIX, aparece com destaque a *Jeune École*. Considerada por diversos autores, como o americano Theodore Ropp, "...a mais **criativa** (grifo nosso) concepção estratégica da história da guerra naval do Ocidente." (12:261).

Essa concepção foi uma tentativa de uma parcela da oficialidade da Marinha francesa, liderada pelo Almirante Théophile Aube, de encontrar uma nova configuração para a marinha de seu país, profundamente afetada pela carência de recursos em razão do desastroso resultado da Guerra contra a Prússia. Era baseada, em linhas gerais, no emprego do torpedeiro armado com o novo torpedo autopropulsado - como o principal meio para a defesa da costa francesa para enfrentar os grandes encouraçados ingleses - e na Guerra de Corso¹, empreendida por cruzadores ligeiros, que se encarregariam de desgastar o poder marítimo do adversário.

A análise criteriosa, com as devidas adaptações, da concepção estratégica defendida pelo Almirante Aube, pode ser de especial valia, ainda hoje, para potências possuidoras de recursos orçamentários insuficientes para montar forças navais adequadas para contrapor-se a outras mais poderosas.

Ao longo dos anos, a Marinha do Brasil vem sendo aquinhoadada com recursos orçamentários notoriamente insuficientes para a construção, a operação e a manutenção de um Poder Naval compatível com as dimensões econômica e territorial do país. A dívida social e as carências de infra-estrutura, que se acentuaram com o crescimento demográfico, permitem-nos supor que dificilmente essa situação será alterada a médio prazo (8:96). Assim, parece oportuno incentivar a discussão sobre as possíveis soluções para equacionar esse binômio: preparo do Poder Naval x escassos recursos orçamentários.

¹ Guerra de Corso - ataques esporádicos e múltiplos, geralmente por unidades navais operando isoladas, lançados contra o tráfego marítimo do inimigo explorando, no mais alto grau, o fator surpresa.

O presente ensaio pretende abordar a possibilidade de aplicação da concepção da *Jeune École* na Marinha do Brasil (MB) de hoje. Para tal, o desenvolvimento deste trabalho está dividido em 3 partes.

Na primeira, o autor recorda como a *Jeune École* do Almirante Aube foi concebida no final do século XIX e como foi o seu ocaso.

Na segunda, é apresentada uma proposta de concepção estratégica naval denominada “*Jeune École* Brasileira”. Nessa proposta não serão enumerados os meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais, ora existentes, que deveriam ser redimensionados, por entender o autor que esse tema seria assunto para um outro trabalho. Também não serão considerados os custos e o cronograma de implementação da “*Jeune École* Brasileira”.

A terceira parte alinha algumas das desvantagens para o Brasil no caso da adoção dessa concepção, principalmente considerando as atuais pretensões do País em compor o Conselho de Segurança das Nações Unidas como membro permanente e a vasta extensão da área marítima que começa a ser denominada de “Amazônia Azul”.

A JEUNE ÉCOLE FRANCESA

Um revolucionário acontecimento ocorreu esse ano na França....Dois novos torpedeiros, subordinados ao Esquadrão de Evoluções, participaram com grande êxito em diversas manobras com aquele esquadrão, por ocasião de exercícios realizados no Mediterrâneo. (Trecho do artigo *Les torpilleurs autonomes et l'avenir de la Marine* escrito em 1885, pelo jornalista Gabriel Charmes - entusiasta da *Jeune École* - tradução do autor) (13:159).

O SURGIMENTO

Concebida na França, após a derrota na guerra contra a Prússia, entre 1870-71, esta linha de pensamento foi influenciada fortemente pela difícil situação econômica, pelo desenvolvimento do torpedo autopropulsado e pela tradicional rivalidade entre a França e a Inglaterra, que tinha historicamente um papel relevante nas atuações das respectivas marinhas. A França não estava em condições econômicas de construir os grandes encouraçados - os navios de batalha da época, também denominados de navios de linha -, como preconizado pelos defensores da batalha decisiva, para se contrapor à Inglaterra (15:109).

Era a solução que uma parcela da oficialidade francesa concebia para tentar, de forma inovadora, e centrada fortemente no advento de uma nova tecnologia - o torpedo

autopropulsado - vencer um possível confronto contra os ingleses "negando a batalha". Foi o contraponto à *Vieille École* - da qual faziam parte os defensores dos grandes navios de linha e da batalha decisiva (2:514).

O grande nome associado à *Jeune École* foi o do Almirante francês Théophile Aube (1826-1890), que preconizava em linhas gerais (13):

- o emprego de torpedeiros, velozes e de pequeno porte, armados com os novos torpedos autopropulsados - testados com sucesso em combate, pela primeira vez, no confronto entre russos e turcos no Mar Negro, em 1878 - , para a defesa do litoral contra possíveis tentativas de incursão/bloqueio por parte dos navios de maior deslocamento e para pequenas incursões contra os portos ingleses - aproveitando-se da proximidade geográfica;
- multiplicação das bases francesas ao longo do litoral, inclusive as do norte da África, mesmo que em dimensões reduzidas, a fim de dificultar o bloqueio por parte da esquadra inglesa aos meios da força naval francesa. Distribuindo seus meios por inúmeros pontos do litoral, os franceses obrigavam seu adversário, caso optassem pelo bloqueio, a dividir sua força naval em número equivalente a esses pontos; e
- a guerra de corso utilizando cruzadores ligeiros contra o tráfego marítimo inglês - a Inglaterra possuía uma grande dependência desse tráfego, além do fato de que qualquer navio inglês empregado na tarefa de proteger esse tráfego ameaçado seria um meio a menos a bloquear os portos franceses.

O mundo reagiu, de uma maneira geral, positivamente a essa nova concepção. Diversas marinhas reduziram drasticamente os custosos projetos de construção de encouraçados, para priorizar os torpedeiros e os cruzadores leves. No caso da Marinha espanhola, as conseqüências já puderam ser percebidas por ocasião da fragorosa derrota na guerra contra os Estados Unidos da América, em 1898.

Durante seu período à frente do Ministério da Marinha, de 1886 a 1887, o Almirante Aube pode influenciar de maneira direta a política de construção de novos meios navais. Como uma de suas primeiras medidas, determinou a construção de 14 cruzadores e 34 torpedeiros (16:167). Esse período pode ser considerado como o auge da *Jeune École*.

O OCASO

A decadência dessa corrente de pensamento estratégico naval foi marcada, em linhas gerais, pelos seguintes eventos (12) (13):

- a morte do Almirante Aube, em 1890. Ainda que muitos outros tenham tentado manter acesas as suas concepções durante toda a década de 90, como Paul Fontin - antigo secretário particular de Aube, autor de diversos trabalhos como o *Essai de Strategie Navale* de 1893 -, a *Jeune École* não foi mais a mesma sem seu principal conceituador;
- o surgimento do contratorpedeiro - navio igualmente pequeno e rápido, armado com canhões -, e a instalação das baterias secundárias nos navios de linha;
- a controvérsia que se instalou entre as autoridades navais francesas, principalmente após a divulgação, em 1890, do livro do Almirante americano Alfred T. Mahan defendendo, entre muitos outros pontos, a importância dos navios de grande porte - *The Influence of Sea Power upon History, 1660-1783*. A obra de Mahan, de acordo com Theodore Ropp, "[...] foi escrita em realidade com a intenção de responder em parte os argumentos de Aube [...]" (12:261);
- a disputa colonial ocorrida em território africano, entre a Inglaterra e a França, conhecido como *Fachoda*, em 1898 - quando os franceses mais uma vez perceberam a importância de possuírem uma marinha de maior peso para poder sustentar suas ações coloniais; e
- a assinatura de uma aliança entre a França e a Inglaterra, em 1904, chamada de *Entente Cordiale* - inicialmente um acordo para resolver de uma forma pacífica as disputas coloniais entre os dois países, que menos de um ano depois transformou-se num pacto contra a crescente expansão da Alemanha. A ação político-diplomática reduziu as preocupações francesas no que concerne à defesa de seu litoral contra os ingleses. Isto permitiu redirecionar os esforços para a ameaça representada pela Alemanha. Para melhor exemplificar essa mudança de postura transcreve-se Theodore Ropp: "[...] até 1904 o parlamento francês somente votava o orçamento para sua marinha após tomar conhecimento da situação da Marinha inglesa. Já o orçamento para 1905 teve que ser antecedido pela leitura de um detalhado relatório sobre a Marinha alemã." (13:356).

Como consequência da implantação da *Jeune École*, a Marinha da França chegou à 1ª Guerra Mundial (1914-1918) em situação de inferioridade em relação às das maiores potências da época, como a Inglaterra e a Alemanha (16:167). Motivo pelo qual muitos autores, como o Almirante francês Raoul Castex (1878-1968), consideraram essas idéias prejudiciais à França. Entretanto, Castex reconheceu a pertinência e a permanência de alguns conceitos emanados pela *Jeune École*, como a importância da velocidade e do menor porte

das unidades navais operando em maior número, no confronto com as de maior porte e mais lentas, como os encouraçados (4:66). Castex identificou na *Jeune École* a importância da evolução da estratégia com o avanço tecnológico e diante de uma conjuntura específica - o novo torpedo autopropulsado e a difícil situação econômica da França.

A *Jeune École* pode não ter contribuído positivamente para o preparo da Marinha francesa na 1ª GM, mas, como citou o Almirante Vidigal - "[...] as concepções estratégicas do Almirante Aube permanecem **vivas** (grifo nosso), principalmente nos países que não dispõem de meios para formarem grandes Marinhas." (15:119) -, idéia que tentaremos demonstrar para o caso do Brasil na seqüência deste trabalho.

UMA NOVA CONCEPÇÃO ESTRATÉGICA PARA O BRASIL

Num mundo em que crescem as possibilidades de intervenção, a *Jeune École*, com sua ênfase em defesa costeira, pode tornar-se uma concepção estratégica conveniente para países que tenham esse tipo de ameaça (15:119).

O mundo pós-guerra fria, ao contrário do que alguns analistas poderiam pensar, vive um ambiente muito mais instável. Há uma perceptível tendência para o aumento das intervenções armadas, sob diferentes justificativas. Kosovo, Afeganistão e Iraque foram alguns exemplos. As justificativas podem ser das mais variadas, desde o combate ao terrorismo - como foi o caso do Afeganistão - , até o "[...] comprometimento do meio ambiente e seu uso irresponsável, sonegação do uso de recursos naturais [...]" (8:28). O Brasil não deve se considerar imune a esse tipo de ameaça.

Em razão dos insuficientes recursos para os assuntos ligados à defesa, associados às consideráveis carências sociais da população - que permitem supor a continuação da atual situação orçamentária para as Forças Armadas - , devem ser consideradas hipóteses alternativas de configuração para a defesa do litoral brasileiro contra possíveis intervenções.

OS MEIOS

Na adaptação dos conceitos da *Jeune École* para os dias atuais, em relação aos meios envolvidos, é possível se conceber a substituição dos cruzadores leves e dos torpedeiros do Almirante Aube, pelos submarinos convencionais, e pelos também velozes e de difícil detecção navios-patrolha lançadores de mísseis (8:81). Alargando o conceito e dando asas à

imaginação pode-se acrescentar a participação da aviação operando de terra e o emprego da minagem defensiva, como instrumentos do poder militar de uma Nação para se opor a ameaças vindas do mar.

A defesa das águas jurisdicionais brasileiras seria composta basicamente por quatro linhas a partir do litoral: minagem defensiva junto aos principais portos e áreas de interesse; navios-patrolha lançadores de mísseis superfície-superfície operando a partir de diversos portos; aviação de esclarecimento e ataque baseados em terra e a última linha formada por submarinos convencionais. Nas seções a seguir o autor tentará, de maneira sucinta, explicitar cada um dos meios considerados nesta proposta de concepção naval para o caso atual do Brasil.

Os Submarinos

Os submarinos constituem a arma clássica para o cumprimento da tarefa básica de negação do uso do mar ao inimigo². Sua principal característica, a capacidade de ocultação, lhe dá uma grande vantagem, mesmo contra as potências navais mais desenvolvidas, como citado pelo Almirante Luiz Sérgio: "É o meio por excelência [o submarino], para um poder regional confrontar com um Poder Marítimo [superior]. É a única segurança de sobrevivência de uma Marinha mais fraca, ante a presença de inimigos mais fortes." (6: 263).

Atualmente, a MB possui quatro submarinos convencionais operando e um quinto em fase de prontificação. Tem ainda a capacidade instalada de projetá-los e construí-los - uma vantagem que não pode ser desprezada. Embora já tenha logrado dominar o enriquecimento de urânio, do qual possuímos grandes reservas, conseqüentemente resolvido o problema do combustível, o autor não considera que o submarino de propulsão nuclear, ainda em projeto, e de elevado custo, esteja dentro do escopo da aplicação dos conceitos da *Jeune École*.

Para atender a uma estratégia do tipo "*Jeune École* Brasileira", a Marinha do Brasil deveria adotar, em linhas gerais, as seguintes medidas em relação aos submarinos:

- dar prosseguimento às atividades de projeto e construção de submarinos convencionais no País, de forma a não perder a capacitação adquirida na construção dos submarinos da classe "Tupi", dos quais três já foram construídos no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ);
- desenvolver a capacidade de projetar e produzir torpedos. Medida fundamental para que em caso de crise político-estratégica³ a Marinha não dependa do fornecimento

² Negação do uso do mar ao inimigo, de acordo com a Doutrina Básica da Marinha (EMA 305), consiste em dificultar o estabelecimento do controle de área marítima pelo inimigo ou a exploração de tal controle.

³ Crise político-estratégica - forma de conflito, em que o desencadeamento proposital de uma situação de tensão,

externo; e

- capacitar a Base Almirante Castro e Silva a apoiar as demais bases navais da MB, principalmente em Belém e em Natal, para proverem o apoio logístico necessário à manutenção básica dos submarinos. Essa capacitação poderá ser em forma de containeres e pessoal técnico qualificado, a serem deslocados por via aérea, ou mesmo pelo NSS "Felinto Perry", em situações de crise. Dessa forma os submarinos que estiverem em zonas de patrulha mais ao norte, não precisarão regressar ao Rio de Janeiro para realizarem suas manutenções preventivas de rotina referentes ao período operativo.

Os Navios-Patrolha lançadores de mísseis (NPM)

O emprego dos NPM nas ações de superfície da guerra moderna é um tema, no entender do autor, bastante polêmico. As limitações de operação em relação ao estado do mar, a reduzida capacidade de defesa anti-aérea, a reduzida autonomia e a necessidade de apoio de aeronaves para a designação dos alvos de superfície fora do alcance dos radares do navio, principalmente em condições de silêncio eletrônico, em princípio, desaconselhariam a utilização desse meio na proposta de "*Jeune École Brasileira*".

Entretanto, não devem ser esquecidas as vantagens do emprego desses navios nas proximidades do litoral, contra forças navais hostis que dele se aproximarem. Nesse caso os NPM podem ser bastante eficazes, pois teriam algumas das limitações acima citadas atenuadas. Teriam possibilidade de maior apoio de aeronaves operando de terra, e em razão da proximidade das bases de operação a limitação da autonomia dos NPM ficaria irrelevante. Além do que, principalmente, nos períodos noturnos e em áreas de elevado tráfego de pequenas embarcações, como os pesqueiros, a identificação positiva por parte de aeronaves oponentes seria bastante dificultada.

Atualmente, a MB conta com 12 navios-patrolha da classe "Grajaú" e 4 da classe "Bracuí". Todos **sem** a capacidade instalada para o lançamento de mísseis. Para adaptar esses meios à proposta da "*Jeune École Brasileira*", eles deveriam passar, no entender do autor, por uma modernização que incluiria a instalação dos seguintes equipamentos:

- toda a estrutura necessária para o lançamento de pelo menos dois mísseis superfície-superfície;
- equipamentos de guerra eletrônica desenvolvidos pelo IPqM;

visa a consecução de objetivos político-estratégicos, mediante manipulações do risco de um conflito armado ou guerra. (3)

- lançadores de janela (chaff), também desenvolvidos pelo IPqM; e
- um sistema de enlace de dados compatível com os adotados nas aeronaves da Força Aérea Brasileira (FAB).

Como passo inicial, é importante aperfeiçoar os procedimentos e incrementar os adestramentos conjuntos entre as aeronaves de patrulha da FAB, os navios-patrulha distritais e os meios da Esquadra. Durante esses exercícios, também será oportuno levantar as reais condições de identificação positiva dos NPM por helicópteros orgânicos dos escoltas, principalmente operando no período noturno ou em baixa visibilidade.

É importante a identificação das fontes de recursos que permitam a retomada, em ritmo adequado, da construção dos navios-patrulha no Brasil. Nesse caso já contemplando as modificações citadas anteriormente.

A Aviação operando de terra

A contribuição da aviação baseada em terra será fundamental para a defesa do mar territorial e de nossos interesses e direitos na Zona Econômica Exclusiva (ZEE) e na plataforma continental, em caso de ameaças. No que pese o grau de sofisticação das aeronaves dos países mais desenvolvidos, o adestramento adequado e uma boa coordenação entre os elementos das forças no teatro de operações, pode ter peso no momento da disputa pelo domínio do ar sobre as águas jurisdicionais brasileiras. Essa aviação seria basicamente empregada de três formas:

- contra aeronaves inimigas - missões de interceptação;
- contra as forças navais hostis que se aproximarem do litoral - missões de ataque; e
- para apoiar as ações dos NPM brasileiros contra os navios dessas forças navais - missões de esclarecimento.

Em razão do previsto em lei⁴, essas aeronaves baseadas em terra permaneceriam sob a responsabilidade da FAB. Não cabe no escopo deste trabalho detalhar quais aeronaves deveriam ser empregadas para cumprir as três missões básicas enunciadas acima. É importante, todavia, ressaltar que a eficácia no emprego dessas aeronaves, nas missões envolvendo forças navais, dependerá de uma perfeita integração de procedimentos, especialmente entre as aeronaves de patrulha da FAB e os NPM. Isso poderá ser obtido com o incremento dos exercícios em que esses NPM são empregados como figurativo inimigo contra os meios da Esquadra.

⁴ Decreto-Lei nº 02538 de 08/04/1998.

A Minagem Defensiva

Ainda que a evolução tecnológica tenha levado ao contínuo aparecimento de novas armas e sensores aplicados à guerra naval, desde a Guerra Russo-Japonesa do início do século XX, a mina se mantém como um dos recursos mais eficazes. O relativo baixo custo, a simplicidade de lançamento e a dissuasão que seu emprego ocasiona fazem da mina, ainda hoje, uma arma de elevada aceitabilidade para o emprego por qualquer marinha.

A guerra de minas não resolve por si só um conflito, mas pode influir decisivamente em muitos deles. Tanto na Guerra da Coreia como na 1ª Guerra do Golfo, a Coreia do Norte e o Iraque possuíam um poder naval inexpressivo perante o de seus adversários. Na primeira, os campos minados norte-coreanos, compostos por minas de tipos obsoletos, retardaram o desembarque das forças comandadas pelos Estados Unidos da América (EUA), que envolvia 50.000 homens e 250 navios, em *Wonsan*, em 8 dias. Na segunda os campos minados iraquianos, compostos por cerca de 1100 minas foram responsáveis por avarias graves em dois navios dos EUA, por dificultar a realização de operações de apoio de fogo naval pelos navios das Forças de Coalizão e por ter contribuído para tornar inaceitável o risco de condução tempestiva de uma operação anfíbia (1:176).

O autor considera que a Guerra de Minas se aplica ao conceito da "*Jeune École Brasileira*". Diversas condições favoráveis podem ser enumeradas:

- grande parte do litoral brasileiro é favorável às operações de minagem - que também é uma desvantagem do ponto de vista da possibilidade do inimigo realizar minagem ofensiva;
- conhecimento das condições hidrográficas e peculiares da topografia submarina nas proximidades dos portos;
- lançamento de minas pode ser feito por embarcações de menor porte e sofisticação, poupando os meios das Forças Navais; e
- a MB já projeta e fabrica minas de influência.

Por outro lado, são as seguintes as desvantagens do emprego de minas:

- a minagem é uma ação passiva que depende da aproximação do inimigo;
- podem causar avarias em navios amigos ou neutros; e
- o emprego de minas é regulado por convenções e tratados do Direito Internacional Público, que restringem seu uso.

A fim de incrementar esse tipo de operação, dentro da concepção da "*Jeune École Brasileira*", as seguintes medidas, de caráter geral, devem ser priorizadas:

- atualização dos planos de minagem defensiva dos principais portos e pontos focais do litoral brasileiro - área das plataformas de Campos e Foz do Rio Amazonas por exemplo;
- desenvolvimento de minas de influência combinadas - que possuem mecanismos de disparo com mais de um tipo de influência, bem mais difíceis de serem varridas;
- realização ostensiva de exercícios de minagem pelos meios distritais e submarinos - a divulgação da capacidade de realizar essas operações se destina a contribuir com a tarefa básica da dissuasão; e
- incrementar a realização de cursos sobre planejamento e condução de operações de minagem - o assunto "operações de minagem" deve ser amplamente estudado e conhecido, a fim de capacitar plenamente a MB nesse campo da guerra naval.

AS DESVANTAGENS DE UMA "JEUNE ÉCOLE BRASILEIRA"

"O Conselho de Segurança, nunca é demais lembrar, não é lugar para eunucos !" (10:146).

As palavras do Professor Pesce, publicadas em artigo da *Revista Marítima Brasileira* (10), traduzem em síntese uma das conseqüências da adoção pela Marinha do Brasil de uma concepção estratégica do tipo "Jeune École Brasileira", abrindo mão dos seus já escassos meios oceânicos. No mesmo artigo ele defende que:

[...] as Forças Armadas brasileiras deverão estar plenamente capacitadas não só a dissuadir possíveis ameaças ao País e a defender o território, o espaço aéreo, as águas territoriais e o mar patrimonial, mas também a projetar o poder e a influência do Brasil no exterior - mesmo em tempo de paz. Nosso país necessitará de uma Marinha oceânica [...] (10:146).

Se o poder político nacional pretende aumentar a inserção internacional do País, entre outras medidas, postulando posição permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, e tornando o Brasil num ator de peso na cena global, esse poder precisa determinar qual seria a configuração militar compatível com essa nova postura. Uma Marinha oceânica com capacidade de projetar poder requer uma outra composição de meios, que não os identificados com a estratégia da "Jeune École Brasileira". Nesse caso, o navio-aeródromo com aeronaves orgânicas de asa fixa e sua escolta, o submarino de propulsão nuclear, os

navios de comando e controle, e os navios de transporte de tropa e carros de combate passam a ter maior relevância.

A entrada do País no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, como membro permanente, caso realmente venha a ocorrer, irá provavelmente aumentar a demanda pela participação nacional em missões de manutenção da paz, e mesmo de imposição da paz - ainda que a Constituição atual não o permita nessa modalidade. No primeiro caso há, recentemente, o exemplo da participação brasileira no Haiti - tendo o País, inclusive, recebido o comando da referida missão. As Forças Armadas brasileiras deverão estar aprestadas para essas missões.

Uma outra desvantagem na adoção da "Jeune École Brasileira" poderia se evidenciar na eventualidade de ser necessária uma operação de resgate de nacionais em outro continente. Nesse caso, seria necessário que a Marinha possuísse os meios adequados para contribuir para esse tipo de missão. Meios esses que também não fazem parte daqueles previstos para a estratégia da "Jeune École Brasileira".

Estaria o poder político disposto a comprometer sua imagem perante a opinião pública nacional, quando um considerável grupo de civis brasileiros reféns em um país fora do continente sul-americano, por exemplo, ficassem relegados à própria sorte por não possuir o País os meios adequados para tentar realizar o resgate ? Nas palavras do Almirante Vidigal:

Há na atualidade um grande aumento da presença de brasileiros no continente africano [...] Em face da grande instabilidade política de muitos desses países, a possibilidade de que o Brasil tenha de realizar esse tipo de operação está aumentando e não é aceitável que essa possibilidade seja ignorada pelo segmento militar (15:130).

Embora possa ser considerada remota a possibilidade, não deve ser descartada também que uma incursão em uma de nossas ilhas oceânicas - Fernando de Noronha, Trindade e Martim Vaz - poderia ficar sem uma resposta militar adequada no caso do País ter optado pelas limitações inerentes aos meios de uma estratégia de *Jeune École*. Qual teria sido o resultado da Guerra das Malvinas se a Inglaterra tivesse concretizado, antes do conflito, a venda do NAe *Invencible* para a Austrália, e as baixas do NAe *Hermes*, do Navio de Desembarque *Fearless* e o do Navio de Desembarque *Intrepid*, como previsto no Livro Branco do Ministério da Defesa inglês de 1981 (15:109) ?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No final do século XIX, o Alte Aube, diante de um oponente naval muito melhor equipado e de um orçamento insuficiente, decidiu dotar sua força prioritariamente com torpedeiros e cruzadores leves. Os primeiros, em grande número e espalhados pelas diversas bases, defenderiam o litoral francês contra possíveis investidas dos encouraçados ingleses, principalmente em operações de bloqueio contra os portos franceses. Os cruzadores fariam a já conhecida Guerra de Corso contra o poder marítimo adversário. Essa concepção, talvez a única exequível para a França naquela conjuntura teve vida curta, pois o País possuía e ainda possui, interesses espalhados por todos os oceanos. Aquela marinha "ribeirinha" não serviria para os interesses globais de seu país. Entretanto, sua criatividade fez nascer uma semente de esperança para resolver, ainda que transitoriamente, o dilema entre baixos orçamentos militares e a manutenção de forças navais que possam com credibilidade sustentar um papel na defesa dos interesses marítimos dos países mais pobres.

Ao considerar as idéias da *Jeune École* do século XIX, pretendeu o autor fazer uma correlação com a situação da MB do século XXI. Embora o Brasil seja, sem dúvida, um país com peso no cenário mundial, principalmente se forem considerados os fatores como território, acesso ao mar, recursos agrícolas, minerais, população e parque industrial, não se pode deixar de reconhecer as imensas carências sociais da população. Sem resolver minimamente essas mazelas não parece ser possível aspirar, a curto e médio prazo, construir e manter um Poder Naval à altura das necessidades correlacionadas com a defesa dos interesses nacionais. É importante garantir alguma real capacidade operativa para a Marinha, adaptando uma estratégia naval que seja compatível com a dura realidade orçamentária. Por isso, a opção pelo submarino convencional, pelo navio-patrolha com capacidade de lançamento de mísseis, pela aviação baseada em terra e pela minagem defensiva pareceu a que melhor se adapta a uma teoria tipo "*Jeune École* Brasileira".

Por outro lado, essa opção redundaria em abrir mão da capacidade, em parte já adquirida, de cumprir outras tarefas básicas do Poder Naval, como a projeção de poder sobre terra e o controle de área marítima. O País não possuiria um poder militar compatível com a estatura que almeja no cenário internacional.

Ao apresentar o que seria uma estratégia naval do tipo *Jeune École*, o autor não afirma ser essa a melhor opção para o Brasil. O propósito maior foi ampliar o debate sobre o assunto, e assim, alinhar mais uma entre possíveis linhas de ação que possam colocar a Marinha do

Brasil em consonância com o que realmente necessita a Nação de suas Forças Armadas.

BIBLIOGRAFIA

1. ALMEIDA, Marcos Augusto. **A Guerra de Minas e as Concepções Estratégicas Navais Contemporâneas**. Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, v. 115, n. 4/6, p. 172 a 178, abr./jun. 1995.
2. BEGARIE, Hervé Coutau. **Traité de Stratégie**. 2ª Edição. Paris: ISC - Economica, 1999.
3. BRASIL. Escola de Guerra Naval. **Glossário Temático - Teoria e Manobra de Crises**. Rio de Janeiro, 1998.
4. CASTEX, Raoul. **Teorias Estratégicas**. Tomo I. Buenos Aires: Escuela de Guerra Naval, 1938.
5. COSTA, Luiz Sergio Silveira. **A Jeune Ecole: uma concepção inteiramente atual**. Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, v. 101, n. 10/12, p. 83 a 105, out./dez. 1981.
6. _____ . **Importância dos Submarinos na Complexa Nova Ordem**. Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, v. 117, n. 10/12, p. 258 a 273, out./dez. 1997.
7. FERREIRA FILHO, Heraldo Martins. **As concepções estratégicas da Jeune Ecole: Conceitos Adequados para o Poder Naval Brasileiro ?** . Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, v. 109, n. 1/3, p. 115 a 121, jan./mar. 1989.
8. FLORES, Mario Cesar. **Reflexões Estratégicas - Repensando a Defesa Nacional**. São Paulo: É Realizações Ltda, 2002.
9. HUGHES JR., Wayne P. **Tática de Forças Navais e Combate Costeiro – 2ª edição (2000)**. Trad. CMG (RRm) Luiz Carlos Nascimento e Silva do Valle. Escola de Guerra Naval: Rio de Janeiro, 2003.
10. PESCE, Eduardo Ítalo. **Um Eunuco no Conselho de Segurança ?** Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, v. 123, n. 7/9, p. 145 a 147, jul./set. 2003.
11. PROENÇA JR., Domício; DINIZ, Eugenio; RAZA, Salvador Ghelfi. **Guia de Estudos Estratégicos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
12. ROPP, Theodore. **Doctrinas Continentales del Poder Naval**. In: EARLE, Edward Mead (Org.). **Creadores de La Estrategia Moderna - El pensamiento militar desde Maquiavelo a Hitler**. Tomo II. Buenos Aires: Escuela de Guerra Naval, 1948.
13. _____ . **The Development of a Modern Navy - French Naval Policy 1871-1904**. Annapolis: Naval Institute Press, 1987
14. VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. **Uma Estratégia Naval para o Século XXI**. Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, v. 117, n. 7/9, p. 87 a 120, jul./set. 1997.

15. _____ . **Apontamentos de Estratégia Naval**. Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, v. 118, n. 7/9, p. 103 a 131, jul./set. 1998.
16. _____ . **A Evolução Tecnológica no Setor Naval na Segunda Metade do Século XIX e as conseqüências para a Marinha do Brasil**. Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, v. 120, n. 10/12, p. 131 a 197, out./dez. 2000.